

Crescem os investimentos produtivos após o Real

O desempenho foi sustentado pela importação de máquinas

por Vera Saavedra Durão
do Rio

Os investimentos produtivos estão crescendo, no país, após o Real. No primeiro semestre do ano, a taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) foi de 18,5%, a mais alta desde o Plano Cruzado, em 1986, quando alcançou 18,8%, informou o diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Cláudio Considera. Este desempenho foi sustentado basicamente pela importação de máquinas e equipamentos, que totalizou em valores US\$ 5,593 bilhões, no acumulado janeiro/junho, crescendo 52,3% ante igual período do ano passado. O IPEA trabalha com uma projeção de uma taxa de investimento de 20% do PIB, até dezembro.

Depois de atingir seu recorde na década de 70, quando a média de participação dos investimentos no PIB era de 23%, nos últimos treze anos a taxa de investimento vinha mantendo uma participação irrisória no produto real, sinalizando a ausência de inversões de risco na economia brasileira. Tendo alcançado sua maior taxa na década de 80, em 1986, este indicador passou, desde então, a registrar quedas contínuas até chegar ao "fundo do poço", em 1992, quando abocanhava uma fatia de apenas 13,7% do PIB. Em 1993 e 1994 apresentou tímida recuperação, fechando o ano passado com 16,3% do PIB.

A retomada dos investi-

mentos ocorrida no primeiro semestre deste ano é importante, na avaliação de Cláudio Considera, apesar de não contar com nenhum grande novo projeto de planta industrial. "Este crescimento da taxa de investimento embute projetos de expansão de capacidade de produção, em grande maioria. A indústria tem reposto máquinas obsoletas, modernizado suas instalações e expandido sua capacidade de produzir, preparando-se para anos de maior estabilidade", disse o diretor do IPEA. Ele ressaltou o fato de que esta expansão do capital de risco está sendo proporcionada pelo setor privado, já que o Estado está falido. "Nos anos 70 e 80, grande parte da taxa de investimento decorria de inversões do governo em infra-estrutura, no setor de construção ou das estatais. Agora, quem investe é só o setor privado."

A retomada de obras de infra-estrutura, como vem anunciando o BNDES, poderá colaborar para expandir mais o que os economistas denominam de formação bruta de capital fixo (FCBK) na economia. Esta FCBK é que possibilita medir a participação dos investimentos no PIB de um país. Ela é formada por três indicadores que são as importações de bens de capital, a produção de bens de capital e o desempenho da construção civil. Quanto mais crescem as compras e a produção de máquinas e equipamentos e a atividade da construção civil, significa que o país está investindo.

Num quadro recessivo, estes indicadores são os primeiros a se retrain.

De acordo com os cálculos do IPEA, a importação de bens de capital vem liderando, neste ano, a composição da taxa de investimento brasileira. As compras de máquinas, aparelhos, caldeiras e suas partes somaram US\$ 3,3 bilhões no primeiro semestre, enquanto as importações de máquinas e aparelhos elétricos totalizaram cerca de US\$ 2,2 bilhões. As importações de bens de capital já se classificam em segundo lugar na pauta de importa-

O aumento da taxa embute projetos de expansão da capacidade produtiva

ções do País. O chefe do departamento de planejamento e orçamento do BNDES, Francisco Marcelo Rocha Ferreira, observou que vem ocorrendo também um aumento da produção de bens de capital, como indicam os números da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), subsidiária do banco. "Somente o Finame automático, que financia a compra de bens seriados, desembolsou US\$ 1,8 bilhão para os empresários, no primeiro semestre", contou.

O quadro de desaquecimento da economia não deverá afetar muito a trajetória ascendente da taxa de investimento em relação ao PIB, observou Cláudio Considera. "A economia vai reduzir

seu ritmo de crescimento, mas não vai parar de crescer, pois ao governo não interessa a recessão", avisa. O Ipea está projetando um PIB de 6,1% para este ano, ante os quase 6% do ano passado. "Crescemos demais para quem quer estabilizar a economia e agora está na hora de reduzir este ritmo." O diretor do IPEA relatou que, segundo os dados da instituição, o produto real aumentou 7,7% no primeiro semestre e deverá cair para 4,3% no segundo, com o ano fechando em 6,1%. No primeiro trimestre de 1996, o desaquecimento vai continuar e o PIB trimestral deverá fechar com expansão de 2 a 3%, ante igual período de 1995. Para 1996, a projeção do IPEA é de um PIB na casa dos 4 a 5%, podendo chegar a 7% em 1997.

Estudos do BNDES, como relata Rocha Ferreira, apontam como ideal para um crescimento sustentado do Brasil um PIB/ano de 5%, com uma taxa de investimento entre 22 e 24%. "Neste ritmo, o País terá condições de manter sua estabilidade e dar emprego", alerta. Entretanto, sua análise é de que só se chegará a este cenário ideal se houver uma boa reforma fiscal e tributária capaz de deixar claras as regras do jogo para os investidores. "Este é o nó, esta é a chave, pois esta reforma baixará os juros e estimulará novas inversões, possibilitando à indústria não apenas ocupar capacidade ociosa mas também gerar nova capacidade de produção."